

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: IMPRESSÕES INICIAIS SOBRE AS ESCOLAS DE BREVES

Clodoaldo Vilarinho de MIRANDA (UFPA)¹
Elson de Menezes PEREIRA (UFPA)²

RESUMO: Esta pesquisa tem o objetivo de verificar como os professores lidam com a educação especial, procurando identificar suas percepções de possibilidades e limites no que tange ao atendimento de pessoas com deficiência, outro objetivo é conhecer a trajetória árdua e complexa de busca, retrocessos e conquista das pessoas com deficiência, no que se refere à participação e aceitação social. Analisam-se também como as condições físicas, administrativas e pedagógicas, nas escolas do município de Breves, têm estimulado ou constrangido a atuação de professores e especialista. A referida pesquisa foi desenvolvida com professores, das turmas de 5º e 6º anos, e com um professor itinerante, especialista em LIBRAS, em escolas da zona urbana do município de Breves. Os resultados apontam para aspectos que dificultam e/ou impedem os avanços dos trabalhos dos professores, bem como, o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, como: acessibilidade nas escolas, formação dos professores, falta de planejamento pedagógico em equipe, falta de diagnósticos realizado por médicos especialistas, qualidade de insumos, e tipificação de deficiência.

PALAVRAS CHAVE: Pessoa com deficiência. Direitos. Escola.

1 INTRODUÇÃO

Os objetivos deste trabalho são de verificar como os docentes lidam com a educação especial, identificar quais as percepções de possibilidades e limites na questão do atendimento para com as pessoas com deficiência, bem como conhecer o processo da trajetória da participação e aceitação social da pessoa com deficiência.

Desenvolvemos nossa pesquisa com professores titulares das turmas de 5º e 6º anos e com um docente especialista em LIBRAS lotados em escolas da rede pública na zona urbana do município de Breves. Os resultados apontam para aspectos que dificultam e/ou impedem os avanços dos trabalhos dos professores, bem como, o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, como: acessibilidade nas escolas, formação dos professores, falta de planejamento pedagógico em equipe, falta de diagnósticos realizado por médicos especialistas, qualidade de insumos, e tipificação de deficiência.

2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O Egito Antigo deixou um legado de registros sobre pessoa com deficiência. Estes estão presentes nos remanescentes das múmias, da arte egípcia, dos afrescos, dos papiros, dos túmulos os

¹Aluno do curso de licenciatura plena em letras – língua portuguesa (FALE/Breves – CampusUniversitário do Marajó – Breves / UFPA).

²Orientador e professor da Faculdade de Letras em Breves, no Campus Marajó-Breves/UFPA.

quais revelam tipologias de “males”, mas também variadas formas de tratamento praticado para melhorar a vida dos indivíduos com deficiência.

[...] A medicina egípcia- que procurava dar cobertura a males que afetavam duramente o povo e as classes privilegiadas, inclusive a problemas de ossos e dos olhos, que levavam a muitas deficiências físicas e sensoriais - fez rápidos progressos científicos após a instalação da Escola de Anatomia. E nela, dois nomes destacaram-se face à importância de seus estudos para melhor compreensão dos males incapacitantes: Herophilus de Chaludônia e Erasistratus de Kéos. (SILVA, 1987, p. 300).

Silva (1987) assevera que os romanos sob o argumento de defesa da república permitiam que crianças que nascessem com algum tipo de deficiência fossem sacrificadas ou empregadas no comércio para fins de entretenimento e de prostituição. Os espartanos sacrificavam seus bebês disformes lançando-os ao mar ou em precipícios, assim como as pessoas que adquirissem alguma deficiência. Por outro lado, em Atenas as pessoas com deficiência eram protegidas e cuidados pela sociedade. Silva (1987) citando Plutarco observa no tocante a pessoas com deficiência em Esparta que:

[...] ‘se lhes parecia feia, disforme e franzina’, como refere Plutarco, esses mesmos anciãos, em nome do Estado e da ,linhagem de famílias que representavam, ficavam com a criança. Tomavam-na logo a seguir e a levavam a um local chamado ‘Ápothetai’, que significa ‘depósitos’. Tratava-se de um abismo situado na cadeia de montanhas Taygetos, perto de Esparta, para lá a criança ser lançada e encontrar sua morte, ‘pois, tinham a opinião de que não era bom nem para a criança nem para a república que ela vivesse, visto como desde o nascimento não se mostrava bem constituída para ser forte, sã e rija durante toda a vida’ (“Licurgo”, de Plutarco) [...] (SILVA, 1987, p. 135)

Entre as muitas referências feitas com relação a pessoas com deficiência a Bíblia Sagrada, no Evangelho de João, apresenta um diálogo entre Jesus e os discípulos que evidencia uma percepção dominante entre os hebreus que reputava a deficiência ao pecado.

[...] Jesus ia passando, quando viu um cego de nascença. Os seus discípulos lhe perguntaram: ‘Rabi, quem pecou para que ele nascesse cego, ele ou seus pais?!’ Jesus respondeu: ‘Nem ele, nem seus pais pecaram, mas é uma ocasião para que se manifestem nele as obras de Deus [...]’ (BÍBLIA SAGRADA [s.d] EVANGELHO – Jo. 9, 1-3)

Ao analisarmos esse trecho bíblico do Evangelho de João, percebemos que a referida pergunta traz a afirmação que o “pecado” é a causa da cegueira, isso acontece baseado em uma crença judaica muito difundida na época sobre a origem da deficiência. Nesse sentido, os estudos dos costumes e crenças dos povos antigos, no que se refere às deficiências, apontam para três tipos de causas para explicar: (1) o castigo pelos pecados, (2) a interferência direta dos maus espíritos e (3) as forças más da natureza, contra as quais apenas o poder divino era o único remédio (JESUS, [s.d], não paginado). Nas três perspectivas há a ideia subjacente de que a deficiência era um castigo posto como forma de redimir os pecados praticados.

3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: DEFINIÇÕES

A sociedade tem cunhado historicamente várias expressões com o objetivo de designar a pessoa com deficiência. Essas expressões são condicionadas pelo espaço, cultura e momento social

ANAIS - I Colóquio de Letras da FALE/CUMB, Universidade Federal do Pará - 20, 21 e 22 de fevereiro de 2014. ISSN

vivenciado. Neste sentido Sasaki (2003), elenca termos como inválido, defeituoso, excepcional, especiais, deficiente, pessoa com necessidades especiais, portador de deficiência.

O termo “inválido” é empregado desde a antiguidade, é uma palavra que significa sem valor. Assim eram encaradas as pessoas com deficiência, num cenário marcado por guerras, baixa expectativa de vida, ausência de direitos sociais.

A designação “defeituoso” foi por muito tempo empregada para denominar uma pessoa deficiente, ou indivíduo com deformidade, principalmente a física. Essa definição foi utilizada de forma mais intensa até a década de 1970.

[...] deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; [...] (BRASIL, 2004, p. 3)

A palavra “excepcional” era um termo empregado nas décadas de 1950, 1960 e 1970 com o objetivo de expressar a condição de pessoas com deficiência intelectual. Já nas décadas de 1980 e 1990 esse termo ganha outro significado, passa a referir-se a pessoas com inteligência acima da média.

Outra expressão que surgiu foi “especiais” essa terminologia apareceu como uma forma reduzida da expressão “pessoas com necessidades especiais”, constituindo um eufemismo dificilmente aceitável para designar um segmento populacional. O “especial” não é qualificativo exclusivo das pessoas que têm deficiência, pois ele se aplica a qualquer pessoa.

As pessoas com deficiências continuam sendo denominadas de “deficiente” essa expressão ainda é muito utilizada para designá-las, no entanto esse é um termo de significado pejorativo que normalmente é associado à ineficiência.

Continua sendo muito utilizada “pessoa com necessidades especiais” como forma de tratamento para se referir às pessoas com deficiência, mas pessoas com deficiência, assim como idosos, grávidas e outras pessoas que possam ter dificuldade para realizar alguma atividade podem ter necessidades especiais para terem mais segurança, conforto e autonomia. O art. 5º da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/9/01, explica que as necessidades especiais decorrem de três situações, uma das quais envolvendo dificuldades vinculadas a deficiências e dificuldades não vinculadas a uma causa orgânica (BRASIL, 2001, p.02).

Também a designação “portador de deficiência” é usada para se referir à pessoa com deficiência. No entanto pessoas não portam a deficiência, mas sim, possuem a deficiência, assim como as pessoas não portam olhos azuis, mas os possuem; a deficiência é inerente à pessoa.

A Organização das Nações Unidas elaborou uma definição para pessoa com deficiência, a qual foi ratificada pelo Brasil:

[...] Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU (Organização das Nações Unidas), ratificado pelo Brasil, em 2006, define, no Artigo 1º, pessoas com deficiência como “(...) *aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial permanentes, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em bases iguais com as demais pessoas*” [...] (BRASIL, 2007, p.16)

Neste trabalho optamos pela designação “pessoa com deficiência” para nos referirmos a esse público que trazemos como foco central em nossa abordagem.

4 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA

O Concílio da Calcedônia, no ano 451, aprovou a diretriz que estabeleceu o dever e a responsabilidade dos bispos e párocos de prestar assistência aos pobres e necessitados das comunidades. No século IV foram criados, pela Igreja, hospitais que prestavam atendimentos para as pessoas excluídas pela sociedade (SILVA, 1987, p.457).

[...] Para melhor compreendermos a prioridade que a Igreja Cristã deu às atividades que garantiram a assistência a pessoas pobres e marginalizadas nos seus primeiros séculos de existência, é necessário lembrar que ela colocava a hospitalidade como a virtude mais importante dos bispos. Ao tentar convencê-los da necessidade de uma atuação prática, o concílio da Calcedônia (em 451) adotou a diretriz com ênfase em seu cânone oitavo deu aos bispos a responsabilidade de organizar e prestar assistência aos pobres e aos enfermos. [...] (SILVA, 1987, p.457)

A primeira instituição estatal, para pessoas com deficiência, surgiu por volta do século XIII, e tinha uma atuação precursora no que se refere ao atendimento disponibilizado. Funcionava como uma colônia agrícola, na Bélgica, sua metodologia propunha o tratamento com base na alimentação, exercícios e ar puro para minimizar os efeitos da deficiência.

No século XIV, temos o surgimento da primeira legislação sobre os cuidados com a sobrevivência e com os bens das pessoas com deficiência mental (*Da prerrogativa regis, baixada por Eduardo II, da Inglaterra*). Nessa lei surge a distinção entre a pessoa com deficiência mental e com doença mental; a primeira era caracterizada como, “loucura natural”, pessoas que sofriam de idiotia permanente e, a segunda como, “lunática”, aquelas que sofriam de alterações psiquiátricas transitórias. O doente mental era portador de alguns direitos e obtinha cuidados sem perder os seus bens. A lei não deixou de marcar a diferença entre eles. (RODRIGUES, 2008, p.09)

A Revolução Francesa, no século XVI, e o processo subsequente de consolidação do Estado industrial capitalista produziram mudanças paradigmáticas. O Estado e os ramos privados criam hospitais psiquiátricos e asilos. São deste período as primeiras iniciativas de ensino de comunicação para pessoas surdas. Louis Braille (1809-1852) cria em 1824 o código braille para as pessoas cegas. Desenvolvem-se os inventos como, cadeiras de rodas, bengalas, muletas, próteses, dentre outros instrumentos de apoio (GUGEL, 2010, p. 13).

Na primeira década do século XX, surgem as escolas montessorianas. O método criado por Maria Montessori, para crianças com deficiências, parte do concreto rumo ao abstrato. Baseava-se na observação de que meninos e meninas aprendem melhor pela experiência direta de procura e descoberta. Para tornar esse processo o mais rico possível, a educadora desenvolveu os materiais didáticos que constituem um dos aspectos mais conhecidos de seu trabalho. São objetos simples, mas muito atraentes e projetados para estimular o raciocínio "a tarefa do professor é preparar motivações para atividades culturais, num ambiente previamente organizado, e depois se abster de interferir" (MOTESSORI, apud, RODRIGUES, 2008, p.14)

No ano de 1976 foi publicada pela OMS a International Classification of Impairment, Disabilities and Handicaps (ICIDH), em caráter experimental. A mesma obteve uma tradução para o Português como Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID). Seu objetivo é responder às necessidades de um conhecimento mais aprofundado no que se refere às consequências das doenças. (FARIAS, 2005, p. 03).

O Estado Brasileiro, sob a égide imperial, sancionou em 1841 o Decreto nº 82, que determinou a fundação da primeira instituição hospitalar destinada privativamente ao tratamento de pessoas “alienadas”. O Hospício cujo nome era Dom Pedro II, era vinculado à Santa Casa de Misericórdia, instalado no Rio de Janeiro.

Durante o século XIX, cegos e os surdos foram contemplados com ações para a educação (BRASIL, 2010, p. 22). Os serviços começaram a ser disponibilizados efetivamente em 9 de dezembro de 1852. Em 1854, foi fundado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), que a partir de 1957 passou a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Outros institutos surgiram em diversas regiões do país: o Instituto São Rafael (926), em Belo Horizonte; o Instituto de Cegos Padre Chico (929), em São Paulo e; em 1959, o Instituto Londrinense de Educação de Surdos (ILES), em Londrina (BRASIL, 2010, p. 25).

O movimento pestalozziano, no início do século XX, fomentou mudanças significativas no que tange ao tratamento dispensado pelo Estado a pessoas com deficiência.

[...] inspirado pelo pedagogo suíço Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), foi criado, em 1926, o Instituto Pestalozzi de Canoas, no Rio Grande do Sul. A influência do ideário de Pestalozzi, no entanto, ganhou impulso definitivo com Helena Antipoff, educadora e psicóloga russa que, a convite do Governo do Estado de Minas Gerais, veio trabalhar na recém-criada Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte. Sua atuação marcou consideravelmente o campo da assistência, da educação e da institucionalização das pessoas com deficiência intelectual no Brasil. Foi Helena Antipoff quem introduziu o termo “excepcional”, no lugar das expressões “deficiência mental” e “retardo mental”, usadas na época para designar as crianças com deficiência intelectual [...] (BRASIL, 2010, p. 26)

A força e a importância do movimento pestalozziano para o Brasil e principalmente para as pessoas com deficiência é demonstrada com a expansão das sociedades Pestalozzi.

[...] Helena Antipoff criou, em 1932, a Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte. Em 1945, foi fundada a Sociedade Pestalozzi do Brasil; em 1948, a Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro; e, em 1952, a Sociedade Pestalozzi de São Paulo. Até 1970, data da fundação da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi (Fenasp), o movimento pestalozziano contava com oito organizações em todo o País. A criação da federação, também por iniciativa de Helena Antipoff, fomentou o surgimento de várias sociedades Pestalozzi pelo Brasil. Atualmente, são cerca de 150 sociedades Pestalozzi [...] (BRASIL, 2010, p. 26)

A primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) foi fundada em 1954, no Rio de Janeiro, por iniciativa da americana Beatrice Bemis, mãe de uma criança com deficiência intelectual. A reunião inaugural do Conselho Deliberativo da APAE do Rio de Janeiro ocorreu em março do ano de 1955, na sede da Sociedade de Pestalozzi do Brasil (BRASIL, 2010, p. 27).

Dentre os primeiros centros de reabilitação do Brasil temos a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR), que foi fundada no ano de 1954. Seu idealizador foi o arquiteto Fernando Lemos, cujo filho possuía sequelas de poliomielite, o primeiro presidente da associação foi Percy Charles Murray o qual foi vítima da poliomielite. A primeira ação da ABBR foi a de criar a escola de reabilitação para formar fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, diante da carência desses profissionais no Brasil.

Os cursos de graduação em Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Escola da Reabilitação da ABBR tiveram início no ano de 1956, seguindo os moldes curriculares da Escola de Reabilitação da Columbia University. No ano seguinte, em setembro de 1957, o Centro de Reabilitação da ABBR foi inaugurado pelo próprio Presidente da República, Juscelino Kubitschek (BRASIL, 2010, p. 28).

Outro marco importante para as pessoas com deficiência foi a criação do sistema Braille, em 1829, inaugurou “a era moderna” da história das pessoas cegas, que causou uma verdadeira revolução no processo de ensino e aprendizagem dos cegos. A partir de então, a institucionalização da educação e da profissionalização dos cegos ganhou impulso, e o Braille se configurou como a forma mais efetiva de escrita e leitura para pessoas cegas (BRASIL, 2010, p. 30).

Os movimentos e lutas das pessoas com deficiência ganharam força, geraram frutos e conquistas como, por exemplo, os significativos avanços na área dos direitos e garantias materializados em Leis, Decretos, Resoluções e Portarias que asseguram cotas em empresas, prioridade de atendimento, promoção da acessibilidade, passe livre em serviços de transporte interestadual, reserva até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas em concurso, acessibilidade e segurança em eventos e instituições, entre outras (BRASIL, 2009, p. 281, 17, 161, 164, 398, 110, 203).

Na década de 1990 é sancionada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta no âmbito da educação se constitui um marco, na medida em que trata pessoas com deficiência como sujeito de direito garantindo assistência plena em instituições de ensino da rede regular e especializadas.

[...] **Art. 58.** Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. [...] (BRASIL, 2013, p. 33)

Importante ressaltar que este atendimento transversa todos os níveis e etapas da educação escolar, configurando a educação especial como modalidade de ensino.

5 METODOLOGIA

Para que pudéssemos nos reportar aos teóricos que abordam em linha de pesquisa a temática pessoa com deficiência buscamos referenciais teóricos que discorrem e servem de base para diversas pesquisas, dessa forma, nossa pesquisa teórica se alicerça nos trabalhos de Farias (2005), Rodrigues (2008), Silva (1987), Brasil (2001), Brasil (2004), Brasil (2007), Brasil (2009), Brasil (2010), Brasil (2013), Sasaki (2003), Gugel [sd].

5.1 Tipo de Pesquisa

Esta pesquisa delineasse como descritiva-analítica. Para sua consecução foram entrevistados profissionais da educação com atuação nas turmas de 5º e 6º anos, os entrevistados foram um discente especialista que tem uma atuação de itinerante nas turmas acima citadas e com quatro discentes que trabalham como professores titulares, todos lotados em escolas da zona urbana, da rede municipal de ensino em Breves.

INFORMANTE	FORMAÇÃO GERAL	FORMAÇÃO ESPECÍFICA	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Especialista Itinerante	Pedagogia	Especialista em LIBRAS	03 anos	01 ano
Professor A	Geografia	NÃO	04 anos	02 anos
Professor B	Pedagogia	NÃO	12 anos	02 anos
Professor C	Historia	NÃO	03anos	01 ano
Professor D	Matemática	NÃO	08 anos	02 anos

É empregada como ferramenta de pesquisa a entrevista semi-estruturada. Na abordagem dos entrevistados, deixamos entendido que nosso objetivo com a entrevista era conhecer como o processo que envolve a educação especial vem se desenvolvendo no município de Breves, bem como identificar como se dá a participação dos discentes neste processo. Foram apresentadas três questões: como é atuar com a pessoa com deficiência; o que limita e/ou causa sensação de constrangimento, em sua prática docente, na educação especial e quais as condições estruturais disponíveis.

5.2 Resultados da Pesquisa

Na medida em a LDB, nos artigos 4º, 58 e 59, caracteriza a condição de pessoas com deficiência e estabelece enquanto dever do Estado garantir condições mínimas de qualidade de

ensino e aprendizagem, compreendida como formação docente “adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado”, “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica”, esta pesquisa emprega cinco categorias de análise: Deficiências: termos e tipologias, Acessibilidade, Formação, Planejamento, Qualidade de Insumos.

5.3.1 Deficiências: termos e tipologias

Observamos que a forma como as tipificações são utilizadas pelos entrevistados nos revelam que a educação especial ainda enfrenta vários problemas, que englobam desde as pessoas com deficiência, os educadores, os gestores e a própria comunidade.

As tipificações utilizadas pelos entrevistados revelam as necessidades existentes no que concerne a designação das pessoas com deficiência. O especialista se refere aos alunos utilizando-se de designações como: “alunos surdos, deficiência diferenciada, a deficiência dele é transtorno desenvolvimento mental, alunos diferenciados, dificuldade de distúrbio mental, alunos especiais, ditos especiais, aluno dito normal.”.

Os termos que o professor “A” faz uso ao referir-se às pessoas com deficiência são: “ditos normais, dificuldades motoras, surdo, distúrbio transtorno mental, dito normal, [...] apesar da especialidade eles tem inteligência [...], aluno incluso, [...] aluno tem é aquele um distúrbio [...], especial, diferente, [...] necessidades dela são diferenciadas [...], aluno incluso”.

As pessoas com deficiência são identificadas pelo professor “B” com os seguintes termos: “[...] o diferente, ditos normais, limitação intelectual”.

O professor “C” também utiliza os termos a seguir para se reportar às pessoas com deficiência: “deficientes auditivos, alunos deficientes”.

Também chamou a atenção o depoimento dos entrevistados em relação aos laudos médicos expedidos para diagnosticar os casos das pessoas com deficiências. Segundo os informantes, esses exames não são realizados por médicos especialistas, o que agrava os problemas no que se refere à educação especial.

A falta de diagnóstico realizado por médico especialista é um fato preocupante. O Especialista entrevistado fala que os diagnósticos existentes são parecer clínico baseado no achismo e não laudo técnico: “[...] porque esses laudos que eles têm são parecer clínico aqueles famosos que a gente chama são [...] o achismo eu acho que é isso eu acho que é aquilo [...] que tal no ano que vem nós sentarmos e fazer um mutirão ou trazer os especialistas pro município ou levar de grupo de alunos até Belém pra fazer um Laudo definitivo [...]”.

O diagnóstico do achismo é uma realidade que segundo o professor “A” faz parte da rotina da educação especial; para ele, não existe um diagnóstico capaz de produzir laudo que possa revelar

o verdadeiro quadro clínico das pessoas com deficiência: “[...] o diagnóstico que ainda é do achismo né nós não temos assim laudos mesmo preciso [...]”.

5.3.2 Acessibilidade

Para os entrevistados a acessibilidade precisa ser concretizada, o que já foi feito está distante do ideal, pois, os espaços existentes nas escolas como portas, banheiros, corredores, a ausência de rampas e a área escolar inadequada afetam diretamente a vida da pessoa com deficiência.

Segundo o especialista entrevistado a acessibilidade precisa ser concretizada, pois, o que já foi feito até o momento não resolve os problemas existentes, a “[...] questão da acessibilidade nas escolas assim eu falo como um todo [...] se for fazer uma pergunta as escolas assim vou colocar a nível de Breves tão preparadas pra receber a resposta que eu daria seria em parte [...]”.

O professor “A” fala que falta informação no que se refere ao repasse voltado para acessibilidade, o que impede de expressar uma opinião concreta acerca do assunto, mas percebe-se que pra ele se faz necessário o investimento nessa área: “[...] não sei como é que repasse pra essa questão do especial eu sei que pras escolas vem um repasse pra acessibilidade [...]”.

Para o professor “B” a falta de estrutura é um dos problemas que trava o avanço da educação especial: “[...] falta de condições de estrutura de infraestrutura da escola [...] se a gente não tiver mesmo uma condição estrutural de ensino pra receber esses alunos com educação especial a gente não vai conseguir avançar [...]”.

A ausência de acessibilidade na escola segundo o professor “C” acarreta consequências para as pessoas com deficiência o que é visível no dia a dia desses alunos quando se locomovem na área escolar: “[...] A questão da acessibilidade ainda é um problema porque a gente percebe a dificuldade dos alunos em se locomover na área da escola [...]”.

E para o professor “D” muitas coisas foram viabilizadas, mas ele considera que os alunos ainda enfrentam muitas barreiras para locomover-se com qualidade: “[...] A acessibilidade continua sendo um grande entrave na vida dos alunos, porque dificulta muito a vida deles, algumas coisas foram feitas mais, não é o suficiente [...]”.

5.3.3 Formação

Segundo os entrevistados existe necessidade de formação para que os servidores da rede municipal possam desenvolver atividades mais eficazes na educação especial.

Em relação à formação dos professores a opinião do professor “A” é que existe a necessidade dos educadores em relação ao conhecimento técnico profissional que os forneça

condições para que dominem o tema educação especial: “[...] que todos os professores tenham o domínio da língua pelo menos o básico né da LIBRAS [...] de formar turmas em LIBRAS é todos os professores tinha que ser feito assim organizado como o PARFOR [...]”

O professor “B” revela em sua entrevista que não tem os conhecimentos técnicos referentes à educação especial, o que causa dificuldades na sua atuação na referida área: “[...] infra estrutura de capacitação de formação mesmo pra atender essa demanda especifica essa modalidade de ensino [...] eu tenho dificuldade não tenho condições técnicas pra isso [...]”.

A mesma linha de opinião é expressa pelo professor “C” mostrando que a formação é algo que precisa ser implantada para que os docentes tenham condições de atuação na educação especial: “[...] Eu sinto a necessidade de um curso que pudesse me preparar para trabalhar na educação especial, como disse é muito difícil sem ter a formação necessária”.

Para que os docentes possam contribuir com a educação especial o professor “D” diz que a solução é a realização de curso de formação: “[...] não tem curso de formação para que o professor possa ser preparado para trabalhar com educação especial, se o especialista ou itinerante faltar a aprendizagem do aluno com deficiência que já é complicada fica muito prejudicada”.

5.3.4 Planejamento

Os entrevistados relataram que a falta de planejamento conjunto prejudica a prática de ensino aprendizagem, pois, as atividades pedagógicas empregadas não alcançam os objetivos almejados.

A falta de planejamento pedagógico em equipe também faz parte da realidade de educação especial segundo os entrevistados: Para o especialista o planejamento é uma necessidade para a organização e bom andamento dos trabalhos: “[...] colegas porque eles acham que só porque você tá com um aluno apenas você digamos assim você não tá cumprindo com o trabalho [...]”.

O não planejamento das atividades causa prejuízo para o desempenho da educação especial, pois segundo o professor “A” o planejamento conjunto vai proporcionar condições para um melhor desempenho: “[...] o itinerante ele tem que saber do conteúdo talvez de uma semana ou de um mês dentro desse conteúdo ele vai buscar [...] esse conteúdo pra ser repassado tanto pra turma pra englobar turma e aluno incluso [...]”.

Para que os trabalhos com a educação especial possam alcançar os resultados desejados, o professor “C” propõe que se planejem as atividades em conjunto para que todos sejam conhecedores das atividades a serem empregadas: “[...] falta um planejamento conjunto entre professores titulares e o especialista para que tenha um melhor resultado eu no caso penso assim.”.

E para o professor “D” os resultados com a educação especial só serão alcançados a partir do momento que existam um planejamento conjunto: “[...] Para que pudéssemos obter resultado

melhor seria necessário que o itinerante que é o especialista na área da educação especial, ele estivesse presente nos planejamentos pedagógicos [...]”.

5.3.5 Qualidade de Insumos

A LDB estabelece que a União, Estados e Municípios, em regime de colaboração, devem garantir padrões mínimos de qualidade às redes de ensino. Estes padrões são definidos como a garantia de recursos materiais e humanos fundamentais ao processo de ensino aprendizagem.

[...] **Art. 4º** O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem; [...] (BRASIL, 2013, p. 10,11)

Os professores entrevistados apontam que a falta de condições de trabalho como: materiais pedagógicos, estrutura física das escolas, equipamentos áudio visual dentre outros limita a atuação e o desenvolvimento dos trabalhos.

Para o professor “A” se faz necessário a criação de matérias pedagógicos que possam promover a integração entre os alunos: “[...] assim do ALEF ou da própria secretaria na questão da libras em criar materiais que já possa ta unindo tanto o aluno dito normal como o incluso [...]”.

As condições atuais que são disponibilizadas para a prática da educação especial não são adequadas segundo diz o professor “B”: ”[...] e a infraestrutura também material didático, pedagógicos a gente tem muita necessidade disso [...] também essa falta de recursos, falta de condições de estrutura de infraestrutura da escola [...]”.

Para o professor “C” dentre as questões de estrutura, ele enfatiza a falta que o especialista representa no processo que envolve a educação especial: “[...] é fundamental a presença do especialista para que sirva de elo no repasse das informações, quando ele falta a minha vida fica complicada eu não consigo entender o aluno [...]”.

O relato do professor “D” destaca que a falta de estrutura na escola em relação à área escolar dificulta a vida dos alunos, também a carência de recursos pedagógicos é outra aspecto negativo que o docente enfrenta no desempenho de seu trabalho. [...] e a própria estrutura da escola não é ideal para receber esses alunos [...] Mas eu sinto falta de recursos que me auxiliasse nas atividades [...].

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs investigar como os docentes lidam com a educação especial, como também conhecer o processo da trajetória da participação e aceitação social da pessoa com deficiência. Para alcançarmos nossos objetivos optamos pelos modelos de pesquisa teórica e de campo, esta ultima sendo foco principal.

A pesquisa identificou gargalos que precisam ser colocados em pauta nos planejamentos em nível de sistema e unidade escolar como a necessidade de espaços e tempos de formação, a fragilidade dos laudos médicos, poucos recursos pedagógicos e infraestrutura nas escolas.

Portanto, para que a educação especial possa alavancar e alcançar os objetivos almejados, tendo em vista os depoimentos dos entrevistados, se faz necessário a implementação de políticas integradas que garantam formação para os professores, o fomento de recursos pedagógicos, a presença de corpo multidisciplinar de profissionais que possam dar conta dos processos de diagnose, assistência pedagógica e social dos alunos e suas famílias.

REFERENCIAS:

BÍBLIA SAGRADA, **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. [s.d]. EVANGELHO – Jo. Tradução CNBB. 6ª Edição. Editora Canção nova.

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Mário Cléber Martins Lanna Júnior (Compilador). Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

BRASIL, **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência-CORDE. Brasília Setembro de 2007.

BRASIL. **Legislação brasileira sobre pessoas portadoras de deficiência**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Biblioteca – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. Disponível em <<http://db.camara.gov.br>. 2009. Acesso em: 13/11/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB 2/2001**. Brasília - DF: DOU, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 07/04/2014.

BRASIL. Casa Civil. **DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004**. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br>>. Acesso em 14/02/2014.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **LDB - lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional: Lei 9394, de 20 de Dezembro de 1996**. 8. ed. Brasília: Edições Câmara 2013.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. [s.d]. Disponível em:< <http://www.slideshare.net/2010140795/a-pessoa-com-deficincia-e-sua-relao-com-a-histria-da-humanidade>>. Acesso em: 14/02/2014.

FARIAS, Norma; BUCHALLA, Cassia Maria. **A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: Conceitos, Usos e Perspectivas**. Rev Bras Epidemiol: 2005; 8(2): 187-93.

JESUS Cristo e as Pessoas com Deficiência. [s.d]. Disponível em: <<http://www.crfaster.com.br/JC.htm>>. Acesso em 03/02/2014.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente. In: CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho (org.). **Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental**. Bauru: MEC/FC/SEE, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. In: VIVARTA, Veet (coord.). *Mídia e deficiência*. Brasília: Andi/Fundação Banco do Brasil, 2003, p. 160-165.

SILVA, Otto Marques da. **A EPOPÉIA IGNORADA**: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje. São Paulo: Editada pelo CEDAS, 1987.